

As exigências dos bancos para a redução dos serviços da dívida

por Getúlio Bittencourt
de Washington

Toda a conferência do Bretton Woods Committee sobre a dívida externa do Terceiro Mundo foi evidentemente preparada como um cenário para anunciar o plano do governo George Bush sobre o tema. Mas à margem do discurso do secretário do Tesouro, Nicholas Brady, algumas propostas e definições de outras fontes também emergiram dos debates.

O presidente do Bank of America, A. W. Clausen, falou pela manhã e fez uma proposta de considerar a redução do serviço da dívida — e não apenas da dívida — que constaria também do discurso de Brady horas depois. O presidente do Banco de Tóquio, Yusuke Kashiwagi, notaria na hora que essa era uma das propostas do Plano Miyazawa, apresentada na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Berlim no ano passado e descartada por Brady.

Clausen talvez tenha combinado essa sugestão com o próprio Brady. Ele admitiria que não ficou surpreso com o plano do secretário do Tesouro. Mas o presidente do Bank of America tentaria igualmente falar em nome de seus colegas banqueiros, ao definir uma pauta rígida para essa redução do serviço:

Otimismo com o novo plano

por Getúlio Bittencourt
de Washington

As primeiras repercussões do Plano Brady foram geralmente favoráveis.

“É sem dúvida um passo adiante”, afirmou o embaixador brasileiro em Washington, Márcilio Marques Moreira, que recebeu seus detalhes com 24 horas de antecedência. “Estamos sem dúvida num estágio diferente do problema da dívida”, diria o ex-ministro das Finanças do México, Jesús Silva Herzog, e único representante do Terceiro Mundo na conferência do Bretton Woods Committee.

O ministro das Finanças do Japão, Murayama, saudou a iniciativa de seu colega norte-americano “com a nova estratégia para o problema da divi-

da. Nós apoiamos firmemente a proposta dos Estados Unidos de redução da dívida e seu serviço, e sobre a fuga de capital do Terceiro Mundo. Nós vamos trabalhar juntos”, prometeu Murayama.

O presidente do American Express, James Robinson, disse que Brady trouxe “ótimas notícias, que refletem o consenso do debate desses últimos meses. A má notícia é porque o plano demorou tanto, e a dívida é se conseguirmos fazê-lo”.

O senador Bill Bradley declarou que o programa anunciado pelo secretário do Tesouro “é um significativo passo adiante. Minha reação inicial é positiva. A questão agora é saber se será suficiente, e se acontecerá no tempo adequado”.

1. Só seriam incluídos países que estejam ajustando suas economias em programas aprovados pelo FMI e Banco Mundial (BIRD).
2. Em troca, os bancos comerciais seriam mais agressivos em programas de redução do serviço da dívida.
3. Isso se faria de modo voluntário, caso a caso.
4. A redução do serviço se faria sobre empréstimos já existentes.
5. A redução seria condicio-

nada a uma melhora do estado do crédito dessas nações. Clausen esclareceria durante os debates que essa melhora viria tanto de garantias das agências internacionais de crédito quanto da restauração de parte do valor dos créditos remanescentes dos bancos em papéis dos países beneficiados.- 6. Alguma relação seria estabelecida com a balança comercial dos países devedores, de modo

que eles pagariam mais juros nos anos em que seus saldos fossem melhores.- 7. O novo dinheiro dos bancos se concentraria no financiamento do comércio, ou seja, nas linhas de curto prazo.
- 8. Os governos dos países credores precisariam ter um papel mais ativo, junto com as agências internacionais de crédito, no financiamento de projetos de desenvolvimento.

O segundo ponto que ficou muito claro nesse cenário armado para o Plano Brady é o dos programas de ajustes. Embora o ex-subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, William Rogers, tenha alertado para o risco de eleição de governos esquerdistas na América Latina, neste ano, e de distúrbios sociais, como os da Venezuela recentemente, a palavra oficial sobre o tema é inamovível.

“Nós não podemos levar em conta considerações políticas”, diria o presidente do BIRD, Barber Conable. “Mesmo diante das eleições, temos que dizer aos políticos da América Latina que não adiem programas de ajuste, porque isso só vai piorar as coisas, como se viu na Venezuela”, acrescentaria o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. O México é o candidato favorito dos norte-americanos para o novo plano.